



Opinião
M. Graça Carvalho

Tanto mar para vistas tão curtas

Portugal é um país relativamente pequeno, periférico em relação ao centro económico da Europa. Mas tem um recurso de que poucos se podem orgulhar: uma linha de costa com 2500 quilómetros e uma Zona Económica Exclusiva de 1,7 milhões de quilómetros quadrados, uma das maiores do mundo, representando 48% das águas territoriais sob jurisdição da União Europeia em espaços adjacentes ao continente europeu.

Defendemos essa riqueza com unhas e dentes, ao ponto de quatro Presidentes da República – Mário Soares, Jorge Sampaio, Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa - já se terem deslocado às ilhas Selvagens para marcarem posição num diferendo que os nossos vizinhos espanhóis vão alimentando, de forma mais ou menos declarada, há décadas.

A nossa extraordinária relação com o mar, que no passado nos permitiu crescer muito para além do que a nossa dimensão e localização geográfica fariam prever, continua a ser citada quando se fala em prioridades para o desenvolvimento do país. Mas essas ambições, quando chegam a sair do plano das intenções, raramente têm a consistência e sustentabilidade que se traduzam em mais do que um ou outro caso de sucesso. Exceções, em vez de regras.

Na semana passada, ficámos a saber que o Fundo Azul, com o qual o governo pretendia dinamizar uma nova geração de investimentos ligados ao mar, chegou ao fim de cinco anos de existência com apenas 17 milhões de euros de empréstimos executados.



É preciso criar as condições, nomeadamente ao nível dos incentivos e da simplificação de procedimentos, para que os resultados [da Estratégia Nacional para o Mar] não sejam uma gota de água num oceano de intenções.

Um programa já de si manifestamente subdimensionado, com um orçamento anual de 13 milhões de euros para a meta de “duplicar” o peso do setor na economia nacional, fecha um ciclo com números absolutamente medíocres.

Por falta de interessados? Não. De resto, os candidatos, de vários setores de atividade, chegaram a constituir-se numa associação, para tentarem agilizar os procedimentos. O que travou os investimentos foram, segundo as notícias, uma quase intransponível teia burocrática e as cativações pelo Ministério das Finanças. Algumas empresas fecharam antes de terem visto um cêntimo.

Esta é uma realidade trágica, porque sem confiança não há iniciativa. E Portugal precisa de iniciativa em relação ao mar. Precisa de modernizar o seu setor das pescas, tornando-o mais sustentável, quer no plano ambiental quer no económico. Precisa de identificar e de desenvolver novas fontes de rendimento para as comunidades costeiras. Precisa, enfim, de investir na investigação científica e na inovação ligadas aos recursos marinhos, tendo em vista a sua preservação, desde logo, mas também a criação de riqueza para as empresas, para a economia e para as pessoas.

Todas essas prioridades, refira-se, são mencionadas na Estratégia Nacional para o Mar, aprovada no início deste mês em Conselho de Ministros. Mas não basta constatar o que é preciso fazer. E não basta anunciar planos e projetos. É preciso criar as condições, nomeadamente ao nível dos incentivos e da simplificação de procedimentos, para que os resultados não sejam uma gota de água num oceano de intenções.

Recentemente, como relatora pelo Parlamento Europeu da Agenda Estratégica do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, no âmbito do programa-quadro Horizonte Europa, consegui ver aprovada a criação de uma nova comunidade do conhecimento e inovação dedicada à água, aos recursos hídricos e marinhos, envolvendo universidades, centros de investigação e empresas. Como deputada europeia, não fiz esta proposta a pensar especificamente em Portugal, mas por sentir que esta é, de facto, uma das áreas estratégicas cruciais para a União e para o mundo. Como portuguesa, contudo, gostaria de ver o meu país assumir nesta matéria a responsabilidade que a sua condição única na Europa lhe confere.

Eurodeputada.



Opinião
Jorge Costa Oliveira

O acordo comercial EUA-China e a retórica semântica americana

Não obstante a “guerra comercial” entre os EUA e a China, as infundáveis “listas negras” de empresas chinesas nos EUA, o discurso anti-China da nova Administração Biden e a barragem de críticas do governo americano ao Acordo Abrangente sobre Investimento UE-China celebrado no final de 2020, a verdade é que os EUA e a China celebraram, em inícios de 2020, e mantêm em vigor, um acordo comercial, denominado como sendo a “Fase 1”, *i. e.*, que se destina a ser aprofundado em fases subsequentes.

Este acordo comercial EUA-China é tão complexo e amplo como o Acordo Abrangente sobre Investimento UE-China e inclui, em linha com a narrativa então prevalecente nos EUA, uma obrigação de compra pela China de grandes quantidades de produtos americanos.

Lendo as notícias internacionais, dir-se-ia que a crescente deterioração das relações a vários níveis entre os EUA – a única superpotência atual – e a China – a maior das novas potências emergentes – impediria a existência de um tal acordo comercial. Mas não só não impediu como o acordo comercial não foi denunciado, como se mantém em curso negociações tendentes ao seu aprofundamento. Por detrás do manto diáfano da retórica oficial americana sobre um “novo consenso sobre a China” –

implicando uma diabolização global da China na razão direta da sua crescente projeção internacional – existe uma política pragmática de responsáveis políticos americanos com a cabeça fria que constata a dificuldade em ter uma política americana consistente para além de um consenso geral interno de “*get tough on China*”. As elites e *think tanks* americanos sabem bem que a atual guerra comercial não mudará praticamente nada e querem pôr-lhe fim; mas têm bem presente a dificuldade de política interna de manter alguma constância de rumo e de articular interesses contraditórios – as empresas americanas querem ter acesso ao enorme mercado da China urbana, mas os dirigentes americanos projetaram tanto o país como evangelista da democracia e dos direitos civis e políticos que ficaram reféns desse discurso (com exceções ocasionais quando está em causa o acesso a fontes de energia ou considerações geoestratégicas que podem pôr em causa a *pax americana*). E quer as elites quer os responsáveis políticos sabem bem que no mundo multipolar em que nos encontramos e nas relações internacionais atuais a interdependência económica é irreversível e amiúde necessária; p. ex., o financiamento dos ambiciosos planos de investimentos em infraestruturas sociais e militares da Administração Biden requer que não haja hesitação por parte dos principais tomadores de obrigações do Tesouro dos EUA (a China é o segundo, com cerca de 15% do total), sob pena de os seus juros subirem e arrastarem os das obrigações emitidas pelas empresas americanas, arrefecendo o ritmo do crescimento económico pós-pandemia. E, de facto, é improvável que a China reduza a compra de grande quantidade das obrigações do Tesouro dos EUA.

Em suma, a retórica americana confrontacionista relativamente à China serve para neutralizar a matéria no debate político doméstico e na cultura tabloide americana, mas se quisermos perceber a verdadeira política dos EUA, devemos seguir de perto as negociações em torno do acordo comercial EUA-China.



Se quisermos perceber a verdadeira política dos EUA, devemos seguir de perto as negociações em torno do acordo comercial EUA-China.

Consultor financeiro e *business developer*
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira